



**Comitê Executivo do
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento e do
Fundo das Nações Unidas para as
Populações**

Distr.: General
9 Agosto 2011

Original: Inglês

Sessão Anual de 2012

Distribuído: 9 Agosto 2012, Nova York

Aprovado: 2 Fevereiro 2012, Nova York

Programa do País e assuntos relacionados

Documento de Programa do País para a República Federativa do Brasil 2012-2015

Conteúdo

	<i>Parágrafos</i>	<i>Pág.</i>
I. Análise de Situação.....	1-5	2
II. Cooperação Anterior e Lições Aprendidas.....	6-10	2
III. Programa Proposto.....	11-17	4
IV. Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa.....	18-23	5
Anexo Matriz de Resultados e Recursos		7

I. Análise de Situação

1. O Brasil é um país de renda média que registrou expressivo progresso social e econômico na última década. Em 2010, com uma expansão de 7,5% do PIB, o país se tornou a 7ª maior economia do mundo, segundo dados do FMI. Com um IDH de 0,699 (73ª posição no RDH de 2010), o Brasil saiu do grupo de desenvolvimento humano médio para o elevado em 2007, sendo um dos poucos países no mundo a ter melhorado harmonicamente seus indicadores em todas as dimensões do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Graças a estas conquistas, o Brasil encontra-se no caminho para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015, já tendo registrado resultados expressivos em relação ao ODM 1, com a retirada de aproximadamente 28 milhões de pessoas da pobreza extrema (Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, 2010).

2. Aponta-se ainda que o Brasil também foi capaz de atingir nos últimos anos uma redução no nível de desigualdade, que, apesar de ainda muito alta (Índice de Gini de 0,538 - 2009), mostra uma tendência positiva devido à implementação efetiva de programas sociais e econômicos. Por outro lado, os resultados médios abrigam em si desigualdades regionais, bem como de gênero e de raça, entre outras. Os números absolutos da população brasileira que vive em extrema pobreza ainda totalizam 16 milhões. Neste contexto, o governo iniciado em janeiro de 2011 comprometeu-se a erradicar a extrema pobreza até 2015. Para atingir este objetivo estratégico são necessários investimentos em várias áreas, tais como: fortalecimento da capacidade local, em particular no que diz respeito à capacidade das autoridades locais de formular, gerir e executar de forma eficiente as políticas públicas de viés socioeconômico; reforço das capacidades dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, como povos indígenas, afrodescendentes e mulheres; entre outros.

3. O Brasil, país de matriz energética limpa, tem progredido expressivamente na mudança do paradigma de desenvolvimento para uma economia mais verde, enquanto promove, ao mesmo tempo, uma melhor proteção de sua rica biodiversidade e articula conservação com as necessidades das populações vulneráveis. Ao mesmo tempo, esforços estão sendo feitos para melhorar a resposta preventiva a desastres naturais por meio de uma melhor integração de políticas públicas e sistemas de alerta. Metodologias para redução da emissão de gases que afetam a camada de ozônio foram incorporadas ao arcabouço da política pública em linha com o Protocolo de Montreal. Adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas também estão no topo da agenda. O Brasil receberá em 2012 a conferência Rio+20, que proverá uma oportunidade de se estabelecer uma nova visão nacional e global de desenvolvimento sustentável inclusivo.

4. Duas décadas de estabilidade política e a eleição do quarto presidente durante este período demonstram claramente o progresso na consolidação das instituições democráticas do país, resultando em efeitos positivos na promoção e proteção dos direitos humanos e sociais. Por outro lado, a integração do sistema judiciário e das instituições de segurança pública para combater todos os tipos de violência (de gênero, indígena, urbana, homofóbica, entre outras) continua a enfrentar desafios. Para consolidar a democracia, o país ainda necessita aperfeiçoar suas capacidades de gestão pública e participação da sociedade civil, entre outras. A crescente visibilidade internacional do Brasil será ainda mais forte com a organização da futura Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, que também serão oportunidades para uma maior inclusão social através do esporte e de iniciativas de desenvolvimento sustentável inclusivo.

5. Baseada nos muitos sucessos do país, a demanda pela cooperação técnica brasileira é crescente por vários motivos. Um deles é a relevância de suas experiências disponíveis em diversas áreas, como as de políticas sociais e de agricultura. Além disso, esta procura se explica pelo fato de a cooperação oferecida pelo Brasil ser solidária e sem condicionalidades.

II. Cooperação Anterior e Lições Aprendidas

6. O Programa de País do PNUD Brasil (2007-2011) enfatizou três temas transversais: cumprimento dos ODM localmente (municipal e regional), fortalecimento da governança e da Cooperação Sul-Sul. O Programa continha dez resultados agrupados dentro dos seguintes temas:

promover acesso equitativo a serviços públicos; assegurar equidade de raça e de gênero; reduzir vulnerabilidade à violência, promover transparência das políticas e os direitos humanos, bem como o apoio ao desenvolvimento econômico sustentável.

7. Em preparação para o próximo ciclo de programação, o Escritório de Avaliação do PNUD conduziu uma Avaliação de Resultados de Desenvolvimento (ADR, do inglês *Assessment of Development Results*) que resume as lições aprendidas ao longo dos últimos oito anos e prepara uma série de conclusões preliminares que guiam o próximo Programa de País aqui detalhado. O ADR realizado no início de 2011 aponta que o PNUD Brasil contribuiu para a formulação de políticas públicas setoriais, a estruturação de novas áreas e organizações públicas e também apoiou o fortalecimento da capacidade de implementação do setor público. O relatório também afirma que o PNUD contribuiu para a incorporação das várias dimensões do desenvolvimento humano na agenda de políticas nacionais, especialmente em áreas como a redução da pobreza (programas de transferência de renda condicionada - Bolsa Família), a política nacional de segurança pública (Programa de Segurança Cidadã), a institucionalização de políticas ambientais estruturantes (Programa Nacional do Meio Ambiente) e o fortalecimento da ação governamental nas ações de cooperação sul-sul. O relatório também aponta que o trabalho do PNUD (por meio de projetos específicos, assim como da promoção de uma agenda de discussão nacional sobre questões de gênero e raça) resultou no avanço do respeito aos direitos humanos e de uma maior igualdade racial e de gênero. Em suma, o ADR conclui que as intervenções do PNUD foram de grande importância estratégica para os parceiros nacionais.

8. Contudo, o relatório de avaliação observa também que mudou a natureza da demanda por cooperação técnica às organizações internacionais. Houve um decréscimo de demanda de financiamento junto às instituições financeiras internacionais (IFIs) na esfera federal, bem como da demanda por apoio administrativo à implementação de projetos. Em paralelo, aumentou a demanda por contribuições técnicas específicas e por suporte à cooperação técnica a outros países em desenvolvimento. Esta mudança realça a importância de continuar com o processo de reposicionamento estratégico do PNUD, migrando de ações de apoio à implementação de projetos para a oferta de um portfólio misto, no qual produtos de conhecimento, suporte substantivo e cooperação sul-sul são mais relevantes que os projetos tradicionais de suporte ao desenvolvimento. Não obstante, o relatório também indica que o PNUD continua a ser um parceiro importante e confiável para apoiar a implementação de projetos estratégicos. O ADR recomendou ainda uma aposta mais concreta nas redes globais de conhecimento do PNUD e um foco no apoio substantivo à consolidação de temas específicos, como segurança pública, cooperação sul-sul e desenvolvimento de capacidades para pequenos municípios, bem como sobre temas emergentes e inovadores.

9. Com base no ADR e através de um processo de aprovação e monitoramento de projetos em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, o PNUD Brasil iniciou uma revisão de portfólio para identificar oportunidades de contribuições técnicas substantivas e inovadoras, tanto nos projetos novos quanto naqueles já existentes. As mudanças em andamento no posicionamento do PNUD e consequentemente em seu portfólio demandarão, em contrapartida, ajustes nas estruturas e procedimentos operacionais, incluindo uma maior utilização da modalidade de implementação direta, quando solicitada pelo Governo do Brasil. Contudo, isto também demandará ajustes no marco regulatório brasileiro para a cooperação técnica internacional, para que se permita maior eficiência na implementação de atividades dentro e fora do país.

10. Estas mudanças na natureza da demanda por parte do Governo Brasileiro são comuns a todo o Sistema ONU no país e incentivaram um maior alinhamento e uma maior cooperação entre as agências. Alguns resultados positivos alcançados incluem projetos interagenciais desenvolvidos e implementados no contexto do Fundo ODM. Outro importante resultado é a conversão de um bem-sucedido escritório nacional de projetos do PNUD em Salvador/BA em uma casa interagencial para o Sistema ONU, reunindo PNUD, OIT, IFAD, UNICEF e UNFPA.

III. Programa Proposto

11. O Programa do PNUD Brasil para o ciclo 2012-2015, formulado com base nos resultados atingidos até agora, tem como foco a promoção de suporte contínuo ao Governo Brasileiro em áreas-chave: alcance dos ODM, com foco particular na redução de desigualdades; fortalecimento de capacidades para maior integração entre desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva para redução da pobreza; maior apoio a políticas públicas voltadas para a redução da vulnerabilidade à violência; e cooperação sul-sul, enfatizando o desenvolvimento de capacidades através de assessoria política que agregue valor, de *advocacy*, de gestão do conhecimento e de apoio à gestão de projetos estratégicos. Neste sentido, as prioridades do Programa do PNUD Brasil estão totalmente alinhadas com as prioridades nacionais identificadas pelo governo brasileiro durante o processo de consulta para a elaboração do UNDAF 2012-2015. Este documento foi compartilhado com agências da ONU como parte do processo de redação, de maneira a identificar complementaridades e estabelecer as bases para cooperação interagencial no período do programa.

12. O CPD ora proposto servirá também de instrumento para fazer avançar a implementação do Acordo-Quadro de Parceria entre o PNUD e Governo do Brasil, assinado em 2010, com benefício da presença do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do PNUD (IPC-IG), financiado pelo governo brasileiro e pelo PNUD.

13. **ODM para todos:** Com base no significativo progresso rumo ao alcance de várias metas dos ODM antes de 2015, o PNUD continuará a dar apoio aos parceiros nacionais em seus esforços para acelerar o cumprimento dos ODM, em especial nas atividades e iniciativas ligadas ao Plano Brasil Sem Miséria, identificado pelo Governo Brasileiro como uma de suas prioridades. Um trabalho sólido de monitoramento dos ODM e do desenvolvimento humano (relatórios, plataformas web e outros) contribuirá para a melhor avaliação do progresso obtido nos objetivos de desenvolvimento nacionais. O foco será contribuir para uma melhora na identificação da incidência de exclusão social, levando em consideração a importância do acesso a dados e informações relevantes para os processos decisórios e de monitoramento nos níveis regionais e municipais. O PNUD continuará apoiando o governo nas esferas nacional, estadual e municipal, no desenvolvimento de capacidades em formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, com foco especial nos grupos sociais mais vulneráveis que necessitam de maior acesso a essas políticas. Em paralelo, o PNUD continuará a fortalecer as capacidades da sociedade civil para uma maior participação social na construção das políticas, bem como no monitoramento e na exigência de cumprimento dos direitos. As possibilidades de colaboração interagencial serão exploradas para maior eficácia do apoio oferecido aos parceiros nacionais.

14. **Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva:** Com relação à agenda do UNDAF sobre sustentabilidade, economia verde e trabalho decente, o PNUD, levando em consideração seu mandato, manterá o apoio ao governo brasileiro pela oferta de assessoria na formulação de políticas, produção de conhecimento e de inovação tecnológica, bem como pelo trabalho de fortalecimento de capacidades para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Ademais, o PNUD tornará disponível para seus parceiros nacionais e subnacionais seu conhecimento em desenvolvimento sustentável e na conservação e preservação da biodiversidade, facilitando a vinculação do mesmo com os objetivos do governo de erradicação da pobreza, inclusão produtiva e redução de desigualdades. O PNUD também oferecerá assessoria técnica e *advocacy* em apoio à RIO+20 e à participação brasileira em outros foros internacionais de meio ambiente.

15. **Redução da Vulnerabilidade à Violência (Segurança Cidadã):** Em linha com a prioridade nacional de melhor proteger a população e promover a melhoria da segurança pública e da cidadania, o PNUD trabalhará, tanto nos níveis federal quanto subnacional, em temas como eleições, segurança cidadã, acesso à justiça, direitos do consumidor, sistema prisional, prevenção de desastres naturais, entre outros. Este trabalho contribuirá diretamente para objetivos maiores, como o fortalecimento dos sistemas judiciário e de segurança pública como garantidores dos direitos humanos e da cidadania; políticas integradas e mais efetivas para combater e prevenir a violência entre os grupos mais vulneráveis e excluídos (i.e., mulheres, crianças e idosos); maior proteção da população contra emergências e desastres naturais.

16. **Cooperação Sul-Sul:** Com base em sua vantagem comparativa enquanto rede global de compartilhamento de informação, conhecimento e soluções, o PNUD, no papel de coordenador das

Nações Unidas, apoiará o governo brasileiro em sua contribuição para a agenda global de desenvolvimento, por meio da plataforma de cooperação sul-sul. O PNUD ampliará o trabalho iniciado no ciclo anterior e contribuirá com: o fortalecimento da agenda de triangulação da cooperação; o mapeamento, codificação, validação e transferência do conhecimento brasileiro no desenvolvimento e na implementação de políticas, programas e projetos; o fortalecimento de capacidades e inclusão de novos parceiros nos arranjos de cooperação triangular. O PNUD também introduzirá mecanismos de retroalimentação de conhecimento em todos os programas e projetos buscando, desta forma, enriquecer o debate nacional sobre a cooperação sul-sul, vinculando assim a cooperação recebida e prestada a um processo contínuo de aprendizado e troca de conhecimento. Neste contexto, o PNUD aprofundará sua parceria estratégica com a Agência Brasileira de Cooperação.

17. O PNUD continuará a apoiar um maior engajamento do setor privado nas atividades de desenvolvimento e sustentará a importância da responsabilidade social corporativa nas plataformas do Pacto Global e do *Business Call to Action*.

IV. Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa

18. A Execução Nacional seguirá como principal modalidade de execução com a Agência Brasileira de Cooperação, que coordena toda a cooperação técnica internacional no Brasil e é a contraparte nacional designada para interlocução com o PNUD. A Execução Direta permanece como uma opção quando requisitada pelo governo brasileiro dentro do marco legal nacional. A implementação por meio de ONGs será considerada quando a eficiência e eficácia do projeto forem garantidas com base em uma avaliação do parceiro implementador em questão. O PNUD continuará a trabalhar em parceria com o governo brasileiro, entidades de desenvolvimento internacional, sociedade civil, Sistema ONU, IFIs, setor privado e grupos acadêmicos. Em resposta a pedidos do Governo do Brasil e em linha com o arcabouço legal, o PNUD poderá ativar os seus processos de *fast track* no contexto de resposta a emergências, devido à complexidade de um projeto particular ou iniciativa, ou ainda onde a execução pelo PNUD agregar valor.

19. Em linha com as recomendações preliminares do ADR, o escritório do Brasil iniciou a simplificação de seus processos operacionais que permitirá o fortalecimento da intervenção qualificada por dois times de profissionais já existentes, com expertise em políticas públicas voltadas para as áreas de meio ambiente bem como a redução da vulnerabilidade à violência. Canais de comunicação fluida com contrapartes relevantes na sede e dentro do sistema ONU, incluindo GEF e UNOSDP, já foram estabelecidos. O engajamento em projetos ligados a áreas inovadoras (i.e., cooperação sul-sul e desastres naturais) acontecerá dentro da mesma estratégia de estabelecimento de uma rede de contatos com parceiros relevantes, internos e externos.

20. As capacidades de monitoramento e avaliação do escritório local serão fortalecidas em parceria com a ABC e institutos nacionais de estatísticas, de redes de avaliação e de entidades de pesquisa renomadas. O Escritório melhorará a qualidade do monitoramento por meio da codificação sistemática de boas práticas e lições aprendidas a serem utilizadas – tanto nas regiões mais pobres do país quanto na cooperação sul-sul. Serão realizadas reuniões anuais entre a Agência Brasileira de Cooperação, o PNUD – escritório local e RBLAC (America Latina e Caribe) – e parceiros convidados, com objetivo de melhorar o monitoramento da implementação do Documento de Programa do País (CPD).

21. Será adotado um plano estratégico de avaliações, que combinará avaliações de projetos e de resultados para apoio ao processo decisório, à responsabilização e ao aprendizado organizacional. O PNUD se esforçará para conduzir avaliações de resultado em parceria com organizações irmãs com o objetivo de produzir avaliações que consolidem o resultado de um grande número de projetos e suas principais contribuições aos desafios mais relevantes do desenvolvimento. Onde possível, os dados serão desagregados nos níveis e temáticas mais relevantes para o PNUD e parceiros. O PNUD irá monitorar os potenciais riscos críticos que possam incidir sobre o desenvolvimento dos projetos. A estratégia de mitigação dos riscos será focada no fortalecimento da comunicação com os parceiros nacionais.

22. A capacidade do PNUD de implementar o programa nacional será muito fortalecida pela construção do complexo da ONU que abrigará o PNUD e outras agências da ONU e que será construído em parceria com o governo do Brasil e UNOPS. Em consultas com autoridades locais e em coordenação com o governo federal, o PNUD buscará formar ao menos um escritório subnacional adicional compartilhado com outras agências do sistema ONU e autossustentável. As duas iniciativas serão a base para a melhoria da programação conjunta e da ação interagencial no nível local, assegurando, desta forma, maior eficácia e eficiência, assim como maior impacto onde os desafios são maiores.

23. O Programa de País será financiado por diferentes fontes para o alcance dos resultados planejados: USD 2,979 milhões de recursos regulares do PNUD e USD 400 milhões de outros recursos, incluindo o *cost-sharing* do governo, GEF, setor privado e outras fontes de recursos. Esforços serão consolidados para mobilizar e diversificar as fontes de financiamento adicional para as quatro áreas temáticas do CPD.

ANEXO: MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS

PRIORIDADE OU OBJETIVO NACIONAL: ODM para todos					
RESULTADO DO UNDAF/DOCUMENTO DE PROGRAMA DO PAÍS: Instituições governamentais e da sociedade civil terão capacidades aprimoradas para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas setoriais e intersetoriais universais e políticas focadas nas populações mais vulneráveis. Áreas focais do Plano Estratégico: Pobreza e ODM. Indicador de Resultado: Progresso em todos os indicadores dos ODM.					
CONTRIBUIÇÃO DOS PARCEIROS GOVERNAMENTAIS	CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS PARCEIROS	CONTRIBUIÇÃO DO PNUD	INDICADOR(ES), LINHAS DE BASE E METAS PARA AS CONTRIBUIÇÕES DO PNUD	PRODUTOS INDICATIVOS DO PROGRAMA DE PAÍS	RECURSOS INDICATIVOS (US\$)
<p>Governo:</p> <p>a) Promove a agenda de ODM em nível federal, adotando-a como parâmetro em seus programas e monitorando-o;</p> <p>b) Fortalece suas capacidades para a implementação de políticas públicas mais efetivas e focalizadas.</p>	<p>A sociedade civil e o setor privado exercem o controle social dos ODM e do desenvolvimento humano via Pacto Global, Business Call to Action e outras plataformas. A academia e <i>think tanks</i> produzem indicadores e estatísticas para monitoramento. Governos estaduais e municipais focam políticas em ODM e desenvolvimento humano. Agências ONU, IFIs e outros fornecem apoio técnico e financiamento.</p>	<p><i>Advocacy</i> para melhoria das agendas de políticas setoriais; contribui para a melhoria dos serviços públicos; por meio do desenvolvimento de capacidades, assessoramento técnico, gestão do conhecimento, <i>advocacy</i>, promoção dos ODM, desenvolvimento humano e da participação do setor privado e da sociedade civil. Foco em populações vulneráveis.</p>	<p>Linha de base: a) 12 milhões de famílias beneficiadas por programas de transferência de renda; b) 1 relatório nacional de acompanhamento dos ODM produzido com participação da sociedade civil no programa anterior; c) Ao menos 3 relatórios de acompanhamento dos ODM subnacionais produzidos com a participação da sociedade civil.</p> <p>Metas: a) 800.000 famílias adicionalmente beneficiadas por programas de transferência de renda, de acordo com as metas do governo; b) Ao menos 1 Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM produzido com participação da sociedade civil no programa atual; c) Ao menos 5 relatórios subnacionais de acompanhamento dos ODM com participação da sociedade produzidos.</p> <p>Indicadores: a) Número de famílias beneficiadas por programas de transferência de renda; b) Número de relatórios de Desenvolvimento Humano produzidos com a participação da sociedade civil; c) Número de relatórios subnacionais de acompanhamento dos ODM produzidos com participação da sociedade civil.</p>	<p>a) Relatórios de desenvolvimento humano produzidos e disseminados.</p> <p>b) Aceleração dos ODM em nível subnacional promovido através da produção e difusão de indicadores de desenvolvimento desagregados por cortes de desigualdade (racial, étnico, gênero, outros) e de processos de diálogo intersetoriais;</p> <p>c) Fortalecimento das capacidades dos governos subnacionais e da sociedade civil para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, com foco nos grupos vulneráveis.</p>	<p>Recursos Regulares USD 1.149.000,00</p> <hr/> <p>Outros USD 120.000.000,00</p>
PRIORIDADE OU OBJETIVO NACIONAL: Economia Verde e do Trabalho Decente no Contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável					

RESULTADO DO UNDAF/DOCUMENTO DE PROGRAMA DO PAÍS: Capacidades para maior integração entre desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva para redução da pobreza. Áreas focais do Plano Estratégico: Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Indicador de Resultado: Número de políticas nacionais que incluem o conceito de desenvolvimento sustentável.					
Implementação dos compromissos internacionais (biodiversidade, clima e desertificação). Promoção do desenvolvimento territorial e ambiental através de programas de inclusão social, de fortalecimento da agricultura familiar e de populações tradicionais e indígenas.	Governos estaduais e municipais, ONGs, academia, instituições de pesquisa, comunidades tradicionais, setor privado e outras agências ONU envolvidos na promoção do desenvolvimento sustentável e identificação de boas práticas replicáveis.	Gestão de projetos, desenvolvimento de capacidades, assessoramento técnico, gestão do conhecimento e advocacy para: a) Políticas, programas e projetos voltados à adaptação e aumento da resiliência das populações vulneráveis; b) Maior integração de políticas públicas nacionais para sustentabilidade ambiental com trabalho, geração de renda e inclusão produtiva; c) Participação no RIO+20 e outros eventos internacionais.	Linhas de base: a) Não há estratégia nacional integrada de baixo carbono para o Desenvolvimento com Baixa Emissão e Resiliente ao Clima (DBERC) b) 02 iniciativas usando tecnologias sociais e de baixo carbono; c) Ao menos 05 estudos sobre biodiversidade e agro-biodiversidade não amplamente disseminados. Metas: a) Apoio ao governo na elaboração da proposta de estratégia nacional de baixo carbono integrada com o conceito DBERC formulada; b) 04 iniciativas usando tecnologias sociais e de baixo carbono; c) Um total de 10 estudos sobre biodiversidade e agrobiodiversidade e amplamente disseminados. Indicadores: a) Status da formulação da proposta de estratégia de baixo carbono nacional integrada com conceito DBERC; b) Número de novas iniciativas usando tecnologias sociais e de baixo carbono; c) Número de estudos sobre biodiversidade e agrobiodiversidade disseminados.	a) Capacidades para a preservação e uso sustentável da biodiversidade e para tecnologias sociais e de baixo carbono fortalecidas através de assessoramento político, conhecimento e inovação tecnológica; b) Metodologias de Mecanismos de Desenvolvimento Limpos, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas revisados e disseminados; c) Mecanismos participativos para populações indígenas e tradicionais em programas, orientados à sustentabilidade ambiental e redução da pobreza, institucionalizados através de assessoramento técnico, <i>advocacy</i> , diálogo e disseminação de boas práticas.	Recursos regulares USD 330.000,00 Outros USD 120.000.000,00
PRIORIDADE OU OBJETIVO NACIONAL: Redução da Vulnerabilidade à Violência (Segurança Cidadã)					
RESULTADO DO UNDAF/DOCUMENTO DE PROGRAMA DO PAÍS: 3.1 Melhoria dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, universais e garantidores dos direitos humanos e da cidadania, fortalecidos 3.2 População Brasileira melhor protegida contra emergências e desastres naturais. Áreas focais do Plano Estratégico: Democracia / Prevenção e Recuperação de Crises. Indicador de Resultado: Status de políticas nacionais, incluindo princípios de segurança cidadã / status de um plano nacional de prevenção e de alerta precoce.					
Implementar um plano nacional de segurança cidadã; Institucionalizar as iniciativas que visam aumentar o acesso à justiça e justiça alternativa.	A sociedade civil participa nas estratégias multissetoriais de prevenção da violência e de Segurança Cidadã. Acadêmicos e <i>think tanks</i> constroem indicadores e estatísticas de acompanhamento e avaliação. O estado e governos locais adotam uma abordagem de Segurança Cidadã. Agências da ONU e outros atores fornecem apoio técnico.	Capacidade de desenvolvimento, gestão do conhecimento, assessoria técnica, programas de intercâmbio com outros países e apoio à gestão de projeto para: a) O governo e a sociedade civil para a estratégia de Segurança Cidadã para a prevenção da violência e acesso à justiça, b) Elaboração de um quadro jurídico para os sistemas de segurança e introdução de esportes para o conceito de desenvolvimento.	Linhas de Base: a) Metodologia de Segurança Cidadã não implementada ao nível municipal; b) Ao menos 30 iniciativas de esporte e desenvolvimento implementadas. Metas: a) Metodologia de Segurança Cidadã implementada em pelo menos 5 municípios; b) 40 novas iniciativas de esporte e desenvolvimento implementadas. Indicadores: a) Número de municípios que adotam a abordagem de Segurança Cidadã; b) Número de iniciativas implementadas com foco em esporte e desenvolvimento.	a) Metodologia de Segurança Cidadã disseminada e adotada em diferentes níveis de governo; b) Debate nacional sobre esportes e desenvolvimento promovido através da implementação de programas piloto, <i>advocacy</i> , processos de diálogo, workshops, dentre outros.; c) Direitos humanos, com ênfase no acesso aos sistemas de justiça, promovidos através do desenvolvimento de capacidades, experiências piloto inovadoras e gestão do conhecimento.	Recursos Regulares USD 880.000,00 Outros USD 40.000.000,00
PRIORIDADE OU OBJETIVO NACIONAL: Cooperação Sul-Sul					

RESULTADO DO UNDAF/DOCUMENTO DE PROGRAMA DO PAÍS: 4.1 Ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento/ 4.2 Expansão da Agenda de Cooperação sul-sul baseada em pautas abrangentes planejadas e complementares – Áreas focais do Plano Estratégico: Redução da Pobreza e ODM/ Governança Democrática Indicador de Resultado: Quadro da política nacional incluindo lições aprendidas através da CSSB.					
Implementar programas e projetos no Mapa da Cooperação Sul-Sul Brasileira (CSSB), validar e codificar as experiências nacionais políticas.	Agências das Nações Unidas apoiam CSS triangular para incluir temas previstos e complementares. Instituições brasileiras com experiência nacional e contrapartidas dos países beneficiários envolvidos na concepção e execução da Cooperação Sul-Sul brasileira. Acadêmicos e <i>think tanks</i> promovem o debate sobre CSS.	Fornecer contribuição técnica para projetos CSS. Configurar sistemas internos e externos de ação eficiente. Prestar assessoria técnica para a formulação de um quadro jurídico para CSSB. Em parceria com o governo, alavancar os programas brasileiros bem sucedidos de desenvolvimento na África, América Latina e Caribe e nos Estados árabes, etc.	Linhas de Base: a) 200 iniciativas de CSSB em implementação em 2010; b) Ausência de um marco legal para a CSS; c) 200 parcerias de triangulação estabelecidas. Metas: a) Ao menos 200 iniciativas CSSB implementadas com suporte do PNUD; b) Apoio ao governo em formulação do esboço de quadro jurídico para a CSS; c) 100 novas parcerias triangulares estabelecidas. Indicadores: a) O número de iniciativas CSSB implementadas com suporte do PNUD; b) Status de elaboração da proposta de quadro jurídico para a CSS; c) Número de parcerias triangulares estabelecidas.	a) Contribuição do Brasil na Cooperação Sul-Sul e triangular fortalecida através de uma crescente capacidade institucional para a implementação eficiente e efetiva de programas CSS, e também por meio do estabelecimento de mecanismos de disseminação de boas práticas para a CSS. b) Programas e projetos de CSS do Brasil apoiados técnica e operacionalmente pelo PNUD globalmente.	Recursos Regulares USD 620.000,00 Outros USD 120.000.000,00